UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

RELATÓRIO OFICINA:

Mulheres em Diálogo de Fronteira

BRASIL (SANTANA DO LIVRAMENTO) E URUGUAI (RIVERA)

Dias 7 e 8 de Agosto, 2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
1. HISTÓRICO DA UPMS 3
2. PÚBLICO ALVO 5
3. OBJETIVOS DA UPMS 6
4. ESCOLHA DO TEMA E METODOLOGIA 6
5. REALIZADORES 9
6. PARTICIPANTES 9
7. PREPARAÇÃO OFICINA: Quinta-feira, 6 de agosto de 2015 9
8. PRIMEIRO DIA DE OFICINA: Sexta-feira, 7 de agosto de 2015 11
9. SEGUNDO DIA DE OFICINA: Sábado, 8 de agosto de 2015 29
10. ENCAMINHAMENTOS 32
11. ENCERRAMENTO DA OFICINA 34
ANEXO: Lista de participantes do evento 35

INTRODUÇÃO

Nos dias 7 e 8 de agosto de 2015 foi realizada em Santana do Livramento - Rivera, a oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) “Mulheres em Diálogo de Fronteira”. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através dos departamentos de Sociologia e Geografia, *Cotidiano Mujer* e o Inmujeres do MIDES Uruguai com o apoio da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Santana do Livramento-Brasil, ONU Mulheres, CIRES e o Centro Universitário de Rivera (CUR) da Universidad de La República, organizaram este primeiro encontro binacional de mulheres de fronteiras no qual participaram mais de 70 mulheres das localidades fronteiriças uruguaias: Rio Branco, Aceguá, Rivera, Artigas, Chuí, Rocha, Bella Unión, Balneario Lagua Merín, Melo e localidades fronteiriças brasileiras Jaguarão, Santana do Livramento, Bagé e Quaraí.

O objetivo deste encontro foi estabelecer um diálogo sobre os temas de fronteira que envolvam as mulheres.

A oficina centrou-se principalmente em questões relacionadas com as autonomias: do corpo, econômica e política e territorial onde foram debatidas questões como o trabalho, a segurança social, os direitos laborais das mulheres, autonomia política e territorial, livre circulação de fronteira, a exploração sexual, a violência contra as mulheres, o tráfico e o contrabando e saúde sexual e reprodutiva.

1. HISTÓRICO DA UPMS

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) nasceu dentro do Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, espaço de conquista, encontro e intercâmbio dos movimentos sociais. A UPMS nasce da constatação de que além do FSM deveriam ser criados meios onde os movimentos pudessem intercambiar seus saberes e formar-se de forma coletiva e intercultural, a fim de aumentar o conhecimento.

A UPMS - Rede Global de Saberes – tem a intenção de contribuir para que seja alcançada uma justiça social global por meio do trabalho de uma justiça cognitiva global. O objetivo geral da UPMS é contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja tão global quanto ela e que, nesse processo, as ações

transformadoras sejam mais esclarecidas e eficazes e os seus protagonistas, mais competentes e reflexivos.

A formação pretendida pela UPMS é dupla. Por um lado, formar ativistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objetivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo direto com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras.

Nos marcos deste processo de enraizamento e expansão da UPMS no mundo foi realizada em Porto Alegre, cidade onde nasceu o Fórum Social Mundial, em 2010, em conjunto com os movimentos sociais e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por parte do Brasil e a extensão da UDELAR, Cotidiano Mujer e representantes de rádios comunitárias por parte de Uruguai, em uma oficina onde um conjunto de ativistas dos movimentos sociais pudessem discutir o papel da universidade na promoção da cidadania, a democracia, a ciência, a justiça social e a abertura da universidade para os setores excluídos. Esta oficina foi um primeiro encontro e um momento de reflexão que pode se constituir em um primeiro passo para o processo de construção da UPMS na região Sul do Brasil e principalmente na fronteira do Brasil e o Uruguai.

Depois disto ocorreu o FSM de Dakar, os ativistas comprometidos com a UPMS se reuniram duas vezes (uma no próprio Fórum de Dakar e outra na UFRGS em maio de 2011) e,entendendo que a temática do Fórum de Porto Alegre (2012) possui estreita relação com as preocupações da UPMS, propuseram realizar dois dias antes do Fórum Temático de Porto Alegre três oficinas em diferentes municípios do Grande Porto Alegre - cada uma sobre um dos temas: a) Terra e soberania alimentar, direitos humanos, economias solidárias/populares,b) Interculturalidade, plurinacionalidade, afrodescendentes/ indígenas, c) Ecologia. Madre Tierra, recursos naturais, extrativismo.

Posteriormente foram realizadas também em Porto Alegre reuniões da comissão facilitadora da UPMS para discutir o seu processo de enraizamento e expansão no mundo. Em um destes momentos representantes da comissão da UPMS se reuniram com a Secretaria de Políticas de Mulheres do estado do Rio Grande do Sul, neste momento presidida pela secretária Marcia Santana, onde começaram as tratativas para a realização de uma UPMS de Mulheres em Diálogo de Fronteira, especificamente na fronteira do Brasil com o Uruguai. Isto foi reforçado publicamente em 06/11/2012 no debate "Diversidade e Desigualdade: Desafios para a Democracia". A finalidade desses diálogos é incentivar a reflexão sobre o desafio de garantir um processo democrático e o diálogo com o Estado para os movimentos sociais. A atividade pública realizou-se no Auditório Oswaldo Goidanich, do Memorial do Rio Grande do Sul, e foi coordenado pela professora Vanessa Marx, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo contado com a participação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, professor da Universidade de Coimbra e membro da UPMS; a ativista e coordenadora do Colectivo Feminista Cotidiano Mujer do Uruguai, Lilian Celiberti; a secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do RS, Márcia Santana; e Mauri Cruz, coordenador do Fórum Social Mundial 2012.

Portanto, a realização desta oficina tem o intuito de seguir a discussão iniciada em 2010 na primeira oficina realizada na UFRGS que contou com a presença de movimentos, organizações e instituições do Uruguai, com o fim de abordar a problemática da mulher em regiões de fronteira.

2. PÚBLICO ALVO

O público alvo da UPMS são ativistas de movimentos sociais, membros de organização não governamentais, sindicalistas, cientistas sociais, investigadores sociais e indivíduos empenhados na transformação social, podendo ainda ser artistas e/ou intelectuais.

A UPMS funciona através de uma rede de interações que é orientada para a promoção de conhecimento e a valorização crítica da grande pluralidade de saberes e práticas que são protagonizados por diferentes movimentos e organizações.

A oficina UPMS: Mulheres em Diálogo de Fronteira destinou-se as mulheres que vivem em zona de fronteira do Brasil e Uruguai especificamente das cidades de: Rio

Branco, Aceguá, Rivera, Artigas, Chuí, Rocha, Bella Unión, Balneario Lagua Merín, Melo, Jaguarão, Santana do Livramento, Bagé e Quaraí.

3. OBJETIVOS DA UPMS

A UPMS visa dois tipos de formação. Se, por um lado, ela procura promover o aprendizado de ativistas e líderes comunitários, de movimentos e organizações sociais e propõe o debate, com eles, sobre quadros analíticos, teóricos, históricos e comparativos – o que lhes permitem aprofundar a compreensão reflexiva de sua prática, métodos e objetivos -, procurando pela melhoria na eficácia e também a sua coerência; por outro, pretende que seja possível a promoção de aprendizado para cientistas sociais, intelectuais e ativistas que estejam comprometidos com os movimentos e organizações sociais, apresentando-lhes essa oportunidade com a exigência de os estudos serem orientados por temas e problemas considerados urgentes pelos movimentos e organizações.

Tendo esta formação dupla, a UPMS detém uma novidade, sendo, então, capaz de superar a distinção corriqueira entre o ensino e o aprendizado, por sua vez apoiado no fato da diferenciação entre educadores e educandos, e também de criar contextos e momentos onde exista reciprocidade na aprendizagem. Tem, como ponto de partida, a afirmação de que existem “ignorâncias” de ambas as partes, sendo o ponto final a produção compartilhada de conhecimentos tão globais quanto os processos de globalização e tão diversos quanto somos todas as pessoas que lutam contra a globalização neoliberal, o capitalismo e a dominação e opressão.

4. ESCOLHA DO TEMA E METODOLOGIA

A problemática da mulher está enraizada em nossa sociedade e a conquista de direitos pelas mulheres tem se dado de forma lenta, mas com grandes avanços pela luta do movimento feminista que, em suas diversas ondas, pautou o direito político ao voto, ao acesso à educação, a inserção com maior igualdade no mercado de trabalho, o direito ao divórcio, a pressão por leis que protejam a mulher no mundo privado e a legalização do aborto. Ainda assim, é possível perceber que temos muito que avançar para que as políticas públicas para mulheres ganhem mais espaço na cena institucional, havendo muitas lacunas, incoerências e contradições que

permeiam a relação entre homens e mulheres, entre os diversos movimentos e no interior das instituições.

A região de fronteira em especial tem sido representada, nas geopolíticas do estado e nos imaginários nacionalistas, como uma zona de perigos e ameaças, seja por parte de estrangeiros invasores ou por conta de erosões na nacionalidade. Esses lugares apresentam carências de serviços públicos, dada sua condição periférica em relação aos grandes centros, carências essas que se resolvem entrelaçando práticas e territorialidades através da linha divisória. A condição fronteiriça dessa população acaba por desenvolver competências interculturais que podem ser descritas pejorativamente como “jeitinhos”/“trampitas”, mas que também podem ser vistas como um rico acervo de soluções para além de institucionalidades já consolidadas.

Com isso, é necessário que se dê maior visibilidade às mulheres de fronteira. Para que fosse possível, a oficina foi dividida em três grupos de trabalho cujos temas nortearam os debates, trocas de experiências e procuras por possíveis soluções, sendo estes:

Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Autonomia do Corpo	*Autonomia Econômica*	*Autonomia Territorial e Política*
Abordando: exploração sexual; violência contra a mulher; saúde sexual e reprodutiva; legalização e descriminalização do aborto.	Abordando: direitos no trabalho, desemprego e geração de renda; trabalho e cuidados; educação; vulnerabilidade social.	Abordando: territorialidades afro-femininas; direito à cidade e à circulação; políticas públicas para mulheres na fronteira,

Em cada grupo participaram mulheres de movimentos, organizações e instituições diferentes. Por exemplo: uma mulher do Coletivo LivraElas, uma do EMATER, uma do *InMujeres*, uma do *Colectivo Mujeres* de Negro etc. A separação em grupos se deu de acordo com a escolha por interesse de cada pessoa presente.

De forma a enriquecer os debates e dar visibilidade ao maior número possível de mulheres, foram convidados movimentos, organizações e instituições da fronteira entre Brasil e Uruguai, não apenas de Santana do Livramento e Rivera, onde foi realizada a oficina.

A partir destas temáticas e desta estrutura propõe-se a realização de dois dias de oficina com uma sessão de abertura pública para a comunidade:

06/08/2015	07/08/2015	08/08/2015
	Manhã: Apresentação dos participantes, suas lutas e prioridades. Discussão sobre a metodologia e acordos para o trabalho na oficina.	Manhã: Apresentação dos GT's e discussão dos principais temas.
Tarde: Reunião dos facilitadores e organizadores da oficina.	Tarde: Organização e discussão em grupos de trabalho	Tarde: Sistematização das conclusões. Plenária sobre as estratégias de futuro para os diálogos e em relação a UPMS
.	Noite: Abertura da Oficina com Atividade Pública	

5. REALIZADORES

A oficina da UPMS foi realizada através da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Cotidiano *Mujer*, com o apoio da *INMujeres* (MIDES), Centro Universitário Rivera (CUR - UDELAR), Coordenadoria Municipal da Mulher de Sant'Ana do Livramento, Prefeitura de Santana do Livramento, *ONU Mujeres* e CIRES.

A oficina, realizada em Rivera, foi constituída de três grupos de trabalho. Para cada grupo foi designado um mediador e um relator da seguinte maneira:

	Grupo 1	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Temática	Autonomia do Corpo	Autonomia Econômica	Autonomia Territorial e Política
Mediadora	Lilian Celiberti	Vanessa Marx	Adriana Dorfman
Relatora	Ana Luíza Ximeno	Tânia Marici Vieira	Marta Piñeiro

6. PARTICIPANTES

Em cada oficina participaram movimentos/organizações voltadas para mulheres, de cidades da fronteira entre Brasil e Uruguai. A oficina contou com a participação de 72 participantes.

7. REUNIÃO DOS FACILITADORES: Quinta-feira, 6 de agosto de 2015

7.1. APRESENTAÇÃO

Neste dia foi realizada reunião para pensar a metodologia da oficina, apresentando os três temas que serão explorados, os motivos, como funcionariam os grupos de trabalho e quem serão as mediadoras e as relatoras, assim como a equipe de logística.

Para cada um dos eixos temáticos foi necessário escolher uma mediadora e uma relatora; responsável em anotar os depoimentos e em conduzir os debates e registrar os principais pontos nos cartazes. Além disso, foi mencionada a vídeo-carta que seria organizada após a oficina e disponibilizada no site da UPMS, com fotos, gravações e entrevistas de mulheres presentes.

A metodologia da UPMS também foi abordada, ressaltando a necessidade de haver troca de experiências e saberes entre a instituição e as organizações/movimentos

sociais e, por isso, o local de alojamento ser o mesmo para todas, com a oficina sendo realizada por completo no mesmo local.

7.2. PARTICIPANTES

A oficina contou com a participação de quinze (15) pessoas: Lilian Celiberti, Patrick Bueno, Rosélli Ortiz, Tania Vieira, Bianca Feo, Magali Ivañez, Sebástian Machado, Adriana Dorfman, Rafael, Florencia Guarch, Suzana Willers, Alessandra Reifel, Ana Luíza Ximeno, Marta Piñeiro e Vanessa Marx.

7.3. APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA

A oficina seria realizada nos dias – 7 e 8 de agosto. No primeiro dia, ocorreria a apresentação da agenda institucional e apresentação individual por localidades pela manhã, atividade lúdica, apresentação dos grupos de trabalho (hierarquização dos problemas e propostas de soluções) de tarde e uma atividade pública à noite, no Centro Universitário de Rivera – UDELAR. No último dia, seriam apresentadas as conclusões de cada um dos grupos de trabalho, uma atividade lúdica, a plenária final e avaliação, em grupo, do evento.

Na reunião foram definidas as moderadoras e relatoras de cada grupo, quem ficaria responsável pela filmagem e quem cuidaria da parte da logística; a metodologia da UPMS foi explicada. Também houve uma explicação sobre a Vídeo Carta, que conteria as gravações, imagens e entrevistas de algumas mulheres participantes da oficina e as principais imagens dos dois dias.

8. PRIMEIRO DIA DE OFICINA: Sexta-feira, 7 de agosto de 2015

8.1. BOAS-VINDAS

Mariella Mazzotti, diretora do InMujeres (MIDES), começa dando as boas-vindas. Fala sobre a mudança de governo e a importância de associações entre o Estado e a sociedade, buscando por mudanças nas questões de gênero. Pontuou que, para mudanças, é necessário que as mulheres estejam organizadas e pressionando o Estado. Roséllli Ortiz, coordenadora da mulher da Prefeitura de Santana do Livramento e do Centro de Referência de atendimento à mulher, toma a palavra e faz menção à III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, que seria realizada em 10/09/2015, convidando as interessadas a participarem.

Foto: Abertura da oficina com Mariella Mazzotte, diretora do INMUJERES e Roséllli Ortiz, da coordenadoria da mulher de Santana do Livramento

Vanessa Marx, da UFRGS, expôs parte do processo de construção da UPMS, que nasceu no FSM de 2003. A Universidade parte do ponto de que é necessário que o saber acadêmico esteja alinhado às vivências e de que exista horizontalidade de saberes. Foi pontuado que este era o primeiro momento de encontro voltado às mulheres de fronteira e suas especificidades.

Lilian Celiberti, do Cotidiano Mujer, levanta a questão da desocupação e dos problemas econômico-sociais, que são pontos importantes para o debate e passa a apresentar a dinâmica da oficina.

8.2. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DA OFICINA

Num primeiro momento, houve a apresentação, por localidades, de cada uma das mulheres presentes. Seria importante que falassem seu nome, o que fazem e suas trajetórias e expectativas para o trabalho em seu território.

Após isso, para a realização dos debates, as participantes seriam divididas em três grupos de trabalhos: (1) autonomia do corpo, tratando sobre a inviolabilidade do corpo, o direito à decisão de [não] reprodução sexual; (2) autonomia econômica, tratando sobre a inserção no mercado de trabalho, economias alternativas; e, (3) autonomia territorial, tratando de descentralização, território como importância política e de organização, representação política.

Seriam três passos, devendo ser cumpridos por todos os grupos: (1) mapear os problemas; (2) hierarquiza-los; e, (3) elaborar propostas.

Quando perguntado às participantes quem gostaria de iniciar as atividades lúdicas no dia 08/08, seis mulheres se propuseram: Angélica, Carolina, Dora, Karen, Sandra e Silvia.

As políticas de fronteiras, assim como a criação de uma rede de mulheres de fronteira, foram pautadas como formas de obter incidência na política binacional referente as instituições, entre estas, o Ministério de Relações Exteriores.

8.3. APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES

8.3.1. Quaraí

A localidade de Quaraí foi representada por quatro participantes, Saldanha, Deise, Sandra e Edilane, integrantes do conselho municipal dos direitos das mulheres. Os temas debatidos por elas foram: (1) a problemática da cultural patriarcal; (2) ausência de autonomia financeira das mulheres; (3) falta de adesão feminina aos Movimentos Sociais dos quais são pertencentes; e (4) conhecimento como ferramenta de empoderamento para o combate da submissão feminina.

FABIANA SALDANHA:
Vereadora e presidenta do conselho municipal dos direitos da mulher por um ano – respeito à autoestima, trabalho diário para conhecimento do conselho – cultura patriarcal como principal problemática, assim como a pouca aderência feminina a movimentos que lhe pertencem.

DEISE:
Participante do conselho municipal dos direitos da mulher. Mencionou a cultura e falta de autonomia financeira como problemáticas.

SANDRA:
Trabalho voluntário no conselho municipal dos direitos da mulher. Conhecimento para combater submissão feminina.

EDILAINE:
Trabalha no conselho municipal dos direitos da mulher.

8.3.2. Artigas/Bella Unión

Artigas esteve representada por 8 mulheres pertencentes a diversos âmbitos da cidade de Artigas e de Bella Unión. Entre as que se encontravam eram: agentes comunitárias promotoras dos direitos afro, vereadora departamental, integrantes de SOCAT, representantes de comissões de bairros, representante do Sindicato Único das Trabalhadoras Domésticas de Bella Unión, representante de Cooperativa da construção civil.

Os temas mais relevantes que surgiram na instância de apresentação foram: violência, assédio sexual laboral, afrodescendentes.
Podemos destacar a importância do trabalho da Unidade Temática pelos direitos dos afrodescendentes (UTA) iniciativa de lideranças afro (sociedade civil) no

departamento. Este grupo tem por objetivo receber as denuncias de discriminação e a difusão dos direitos dos afrodescendentes.
Em Bella Unión foram detectados problemas de participação da sociedade em geral.

SUSANA:
Criticou a falta de oportunidade para obter trabalho que garanta independência financeira e um exercício pleno de seus direitos, assim como desvalorização da mulher no mercado de trabalho.

GABRIELA:
Convivência e participação – Presidenta da comissão de equidade e gênero – vereadora – cultura patriarcal como obstáculo, problemática de abuso sexual/formação de protocolo para tentar combate-lo.

MARITA:
Trabalho social no bairro onde mora – diretora do departamento de mulheres afrodescendentes – percebe problemas para reunir mulheres negras, discriminação, racismo – unidade temática pelos direitos dos afrodescendentes – falta de reconhecimento do candomblé como cultura.

MILDRE:
Pontua a grande dificuldade de mudar a cultura patriarcal, a falta acesso à informação e de proximidade com outras mulheres.

ERCILIA:
Agente comunitária em diversas associações (recuperação de pessoas com deficiências físicas) – falta de resultados depois de encontros.

GABRIELA:
Organização que começou a pensar no dia 8 de março (para “descanso”).

ESTHER SILVA:
Sindicato das trabalhadoras domésticas (Bella Unión) – submissão como problemática, falta de aderência feminina aos encontros.

CLAUDIA:
Cooperativa social 8 de março (construção civil) – sexismo no trabalho.

8.3.3. Bagé

Bagé esteve representada por 3 mulheres. As três pertenciam a instituições como a coordenadoria da mulher e a procuradoria jurídica do município.
Problematizaram a atenção a situação da velhice feminina, a necessidade de estabelecer uma rede de atenção das mulheres de fronteira e capacitação a funcionários de ambos países.

SILVANA:
Secretária da secretaria municipal de políticas públicas para pessoas idosas – falta discussão sobre as especificidades de mulheres idosas – fenômeno de feminização da velhice.

ANA ROSA:
Representando a EMATER.

GRACIELA:
Militante pelos direitos das mulheres – única mulher na procuradoria jurídica do município – comissão da mulher advogada – trabalha com a EMATER de mulheres brasileiras e uruguaias – comenta haver um centro de referência da mulher, um coordenadoria da mulher, uma casa de abrigo às mulheres vítimas de violência, mulheres rurais e mulheres de fronteira na cidade – rede de atendimento à violência da mulher brasileira e recurso, levantamento da questão de agressões na parte uruguaia e impossibilidade de atendimento/cadastramento de CPF onde mulheres uruguaias possam ser beneficiadas com essa ajuda – frisa a necessidade de unificação de programas e projetos entre os países.

8.3.4. Rivera

Rivera esteve representada pela participação de 10 mulheres pertencentes a diversos âmbitos, entre as que se encontravam: representantes da Universidad de la República Centro Universitário de Rivera, integrantes de cooperativas de mulheres de Rivera, representante do Coletivo Trans, representante de grupo mulheres políticas e da oficina de desenvolvimento da Intendencia Departamental de Rivera, vereadora departamental, integrantes do Serviço Especializado de Violência baseada em gênero, representante do Sindicato Único de Trabalhadoras domésticas de Rivera, docentes do meio rural. Falam da falta de preparação das mulheres, forte cultura patriarcal.

MAGALI:
Universidad de la República, onde trabalha em um projeto de equidade – ressalta posição da mulher na Universidade, pois homens possuem grau 5 e mulheres grau 2/3, recebendo recebem menores salários – necessidade de intercâmbio entre academia e sociedade civil.

FABIANA:
Cooperativa social mulheres de Rivera/donas de casa que se capacitaram (contrato com a UTE, intendência).

LUCIANA PEREIRA:
Trans – cabeleireira – mesmo conhecendo, há falta de informação sobre questões de organizações sociais – discriminação apesar de leis.

XIMENA:
Grupo mulher, política e democracia – mulheres com e sem partido político chegando em espaços de poder – trabalha na intendência municipal.

CASTRO:
Professora – preocupação de que a democracia nunca existirá sem a organização das mulheres – problemática de mulheres não terem espaços no mercado de

trabalho – pontuação da reprodução de machismo por parte de mulheres. Psicóloga do serviço de atenção às mulheres que sofrem violência doméstica – problemas econômicos, na educação e de independência

DEBORA:
Sindicato das trabalhadoras domésticas

LUCIA:
Professora aposentada – zona rural: homem detém o poder/trabalho – zona central: mulher apenas como acompanhante – “Uruguai trabalha”/formação de mulheres com problemas culturais em relação à educação, do MIDES.

BIANCA:
Estudante de serviço social – militante do movimento estudantil – mulheres universitárias que são mães sofrem com a falta de locais para deixar as (os) filhas (os) – discriminação da mulher da fronteira pela mistura de idiomas, etc.

MARTA:
InMujeres – desde 1984 para reconhecimento das temáticas, militante de espaços de fronteira – transgressão e paciência – “somos criadas para não existir e quando existimos há o desemprego, a falta de educação” – espera que a oficina seja, também, um espaço de desconstrução.

8.3.5. Santana do Livramento

Santana do Livramento esteve representada por 11 mulheres de lugares variados: integrantes da equipo de referencia em educação popular, integrantes do centro de referencia, extensionista social, presidenta de una comunidade quilombola.

Os principais temas de preocupação que surgiram são: discriminação, importância do trabalho com os homens desde a infância, problemática das produtoras rurais e se destaca a especificidade da problemática afro nas zonas rurais.

MARIA:

Trabalha num grupo de estudos e com economia solidária – problematiza a falta de participação das mulheres em espaços públicos.

TANIA:
Trabalha no centro de referência da mulher – educação popular, 90% de mulheres – formação de um comitê binacional de saúde disponível para mulheres e homens – questão da legislação nas zonas de fronteiras, especialmente para recém-nascidos – trabalhadoras que exercem suas funções em ambos os países.

NAIRA:
Advogada no centro de vivência da mulher – problemática relacionada à cultura, que desencadeia problemas políticos e sociais – necessidade de maior representatividade política.

CRISTIANE:
Estagiária do centro de referência.

LUCIANA:
Psicóloga do centro de referência – destaque à questão cultural – faz trabalho de prevenção em escolas, falando sobre o que fazem no centro, violência contra mulher e a lei Maria da Penha – atende em consultório, mas possui dificuldade em encontrar brinquedos com cores que sejam diferentes dos padrões (por exemplo, vassouras rosas e carrinhos azuis) – discussão sobre o PNE brasileiro e resistência à inclusão do debate sobre gênero nas escolas.

GRACIELA:
Extensionista social da EMATER – frisando a questão de trabalhar gênero dentro de casa

DEORINDA:
Produtora rural assistida pela EMATER – participante de associação de moradores.

STEFANEY:
Comunidade quilombola.

MARIA:
Presidenta de uma comunidade quilombola rural, assistidos pela EMATER – questão de representatividade, especialmente da parte rural que carece com a falta de informação.

8.3.6. Cerro Largo/Jaguarão[1]

Cerro Largo/Jaguarão esteve representada por 13 mulheres provenientes das cidades de Río Branco, Aseguá, Noblía y Balneareo Laguna Merín. Participaram representante de Mulheres Laguneras (Lagoa Merín), do grupo de mulheres de Aceguá e grupo de Mulheres de Fronteira.
Os principais temas de preocupação que surgiram foram: necessidade de uma equipe interdisciplinar para abordar a problemática da violência doméstica em Rio Branco, falta de refugio para mulheres vítimas de violência doméstica, necessidade de sensibilizações no ensino do segundo grau como forma de prevenção na relação a discriminação em seu sentido mais amplo e o que se refere a violência no namoro. Foi proposto também a necessidade de fortalecer o nexo Aceguá-Bagé, se reconhece o esforço do Estado na realização de diagnósticos situacionais, mas não se continua com a implementação de soluções e se faz ênfase na importância do trabalho com o tema do masculino.

[1] Apresentaram-se juntas para estreitar mais os laços que vêm criando entre as cidades e buscarem romper a divisão territorial.

Apresentação das mulheres de Cerro Largo e Jaguarão

VITORIA:

Instituto das mulheres em Cerro Largo – dispersão geográfica muito grande

SILVIA:

Comitiva de mulheres negras em Rio Branco (março 2015) – participa de trabalho de acompanhamento às vítimas e de conscientização – casa da mulher, utilizado como refúgio.

CAROLINA:

MIDES – Aceguá – espaço de fortalecimento – falta de comunicação entre Brasil e Uruguai na fronteira – autoridades não se fazem presentes e há a tentativa de maior participação das mulheres – projeto de vida mais voltado ao público masculino que feminino.

STELLA:

Cidadã participativa – participação voltada a escolas – secretária da comissão de cultura em Aceguá – mulheres têm saído de casa e ido trabalhar em *free shops*.

ROSELI:
Vereadora de Jaguarão – participa de grupo de mulheres de fronteira –critica a subrepresentatividade das mulheres e ressalta que se deva levantar a bandeira da representatividade de mulheres na política e mulheres de desempregadas.

MARIA FERNANDA:
Jornalista – trabalha na prefeitura de Jaguarão – deve-se lutar por políticas públicas voltadas às especificidades de mulheres das fronteiras – mais creches, aumento da licença maternidade.

GRAÇA:
Educadora – militante do sindicato dos professores municipais de Jaguarão – vínculo com o programa de pós-graduação em economia

8.3.7. Rocha

Rocha esteve representada por 9 mulheres provenientes da cidade de Rocha e do Chuí, pertencentes a diversas organizações ou profissões: comunicadora social, mulher política, vereadora participante da comissão de gênero, representante da Junta Departamental, representante do movimento de usuários da saúde, representante Sindicato Único das Trabalhadoras, representante da OSC Alternativa Chuí, representantes de organizações de afrodescendentes.

Mencionaram como situações problemáticas específicas no Chuí: falta de participação de mulheres na política, falta de implementação dos acordos e a legislação específica de fronteira. Reconhecem o avanço em matéria de legislação de fronteira, mas faz falta que se ponha em prática. Preocupa a situação das trabalhadoras domésticas na zona de fronteira. Denuncia-se a discriminação por motivos étnicos no âmbito estudantil. Falta de oportunidades laborais e o desenvolvimento geral para os jovens depois dos 18 anos.

Apresentação das mulheres de Rocha

SANDRA:

Câmara de deputados/legislativo nacional, presidente partido político – trabalha com a lei 18.476 (paridade) – defesa da participação política – dificuldade de conhecimento e defesa das leis por parte da sociedade – trabalha com o Chuí sobre espaços para seminários de fronteira.

PEREIRA:

Comissão de gênero.

DIANA:

Junta departamental de Rocha (comissão de gênero) – bancada feminina – grupo de estudos de participação da mulher – mesa interinstitucional, a maioria dos ministérios são com diretoria de mulheres.

MARIA INES:

Problemática da culpabilização da mulher.

ROSALIA:

Trabalhadora doméstica, militante de sindicato – levanta questões de abuso sexual e no trabalho, assim como da luta de classes dentro do feminismo.

ANDREA:
Afrodescendentes e a discriminação racial.

CAROLINA:
Alternativa Chuí centro-juvenil (oficinas de dança, música, costura etc.) – falta de emprego para maiores de 18 anos.

ANGELICA:
Grupo fronteira afro no Chuí – problemática das mulheres negras na política e dificuldade de ascensão econômica.

8.3.8. Porto Alegre

VANESSA:
Professora do Departamento de Sociologia na UFRGS e participante da UPMS

ADRIANA:
Professora do Departamento de Geografia da UFRGS

ANA LUÍZA:
Estudante de Políticas Públicas na UFRGS e bolsista de extensão do projeto UPMS.

8.3.9 Montevideo

LILIAN:
Coordenadora do Cotidiano Mujer

8.4. ATIVIDADE PÚBLICA

Na noite do primeiro dia da oficina, foi realizada, no Centro Universitario de Rivera (CUR – UDELAR), uma atividade de difusão da oficina, aberta ao público em geral. Compondo a mesa Mariella Mazzotte, diretora do INMUJERES, Vanessa Marx da UFRGS, Lilian Celiberti do Cotidiano Mujer, Helio Rodríguez, diretor departamental

do MIDES, Horácio D’Avila, representante da Prefeitura de Santana do Livramento e Adriana Navarro da Secretaria da Mulher da Intendencia de Rivera

Foto: Atividade pública

Foto: Mesa da atividade pública

.

8.5. RESUMO DOS GRUPOS DE TRABALHO

8.5.1. Grupo 1: Autonomia do Corpo

O primeiro grupo trabalhou, basicamente, com três tipos de informações: quais serviços à mulher são prestados em cada cidade, quais as problemáticas mais urgentes e possíveis soluções para elas.

8.5.1.1. *Serviços Citados*

Os serviços mais citados por região foram: (1) Rocha: casa de breve estadia à cargo da intendência (prefeitura), casa *Mujer la Mariposa* (equipe técnico), unidade especializada em violência doméstica (UEVD) e polícia comunitária; (2) Bagé: secretaria municipal de políticas públicas para a pessoa idosa (para homens e mulheres, porém mais utilizada por estas), coordenadoria municipal da mulher, casa sala lilás (deixou de funcionar), delegacia da mulher (polícia). Há uma crítica forte ao fato de que várias pessoas que trabalham em muitas das instituições criadas para dar suporte não têm a devida formação; (3) Rio Branco/Jaguarão: alto índice de violência baseada em gênero (VGB), porém carecem com a falta de serviços voltados ao combate dessa violência. Centro de referência binacional, porém sem avanços no projeto, o CRAS atende um amplo espectro (família, VBG etc.), serviço itinerante móvel de assessoramento (MIDES); (4) Lagoa Mirim: não conta com presença estatal, há um comissariado sem um bom vínculo com a comunidade e uma policlínica. Os problemas políticos repercutem negativamente; e, (5) Bella Unión: possui uma policlínica e um centro de saúde.

8.5.1.2. *Problemas Mais Urgentes*

As problematizações foram desde a maneira que homens são educados a respeitarem às mulheres até as legislações que acabam por interferir na vida e decisão particulares de cada um, por exemplo, a não descriminalização do aborto do lado brasileiro.

Neste sentido, destaca-se nove problemáticas: (1) exploração sexual e mercantilização do corpo de crianças, reproduzida pelas próprias famílias; (2) a educação de meninos para que respeitem as mulheres; (3) as respostas

institucionais não apoiam as denúncias, sendo que juízes (as) têm, também, visão patriarcal acerca do assunto. Não existe uma política comum aos países dando foco às crianças e adolescentes que são abusadas sexual e emocionalmente; (4) conscientização de adultos e pais/mães; (4) existência de estereótipos sexuais e raciais, fomentando a violência perante as mulheres, especialmente as afrodescendentes; (5) naturalização da violência nos meios de comunicação e publicação de fotos íntimas na internet, onde há culpabilização da vítima; (6) as denúncias policiais são consideradas agressões, fazendo que a vítima relembre tudo o que passou. Também é criticada a falta de mulheres especialistas, ginecologistas etc. para atender as vítimas de violência baseada em gênero; (7) invasão do corpo e assédio moral; (8) dificuldades da maternidade, especialmente quando jovens, havendo falta de auxílio correto tanto por parte do Estado quanto das próprias famílias; e, (9) participantes vindas de Bagé comentaram a grande repercussão que o evangelismo tem na cidade, incidindo na sexualidade.

8.5.1.3. *Possíveis Soluções*

Foram debatidos meios que pudessem cessar a violência contra a mulher, ou, pelo menos, dar suporte às vítimas. No que tange às instituições, foi citado que seria necessário que os movimentos e organizações sociais trabalhassem conjuntamente a elas, pautando temas que tenham relação com a violência baseada em gênero e controlando para que não percam a laicidade. Por meio do mapeamento de instituições e serviços realizado pelo MIDES, seria feito um novo, atualizando o que está ou não em funcionamento e qualificando o mesmo.

Em relação à sociedade civil, entrou em pauta a necessidade de maior aproximação com as jovens, debatendo temas como violência doméstica e exploração sexual. Não apenas isso, mas também a urgência em precisar realizar capacitações, em especial de mulheres, para que quem trabalha em instituições, serviços e organizações sociais saibam lidar da melhor forma com mulheres vítimas.

Em Jaguarão, a violência obstétrica merece destaque, assim como o fato de haver outra na cidade para a realização de parto humanizado, algo que todas concordaram ser importante que exista em todas as cidades, para que a mulher tenha poder de decisão em cima da forma como quer dar à luz. Acerca disso, foi comentado também o alto índice de cesáreas, que já havia sido levado para a comissão de

saúde, como uma questão de “comercialização”, pois quanto mais cirurgias forem feitas, mais o médico estaria ganhando; é frisado que se precisa descentralizar o poder médico. Outra vez, foi salientada a necessidade de explanar as informações.

Rocha conta com aulas de pré-parto e parto, sala de parto humanizado – existente também em Melo, mas não em Rio Branco, cidade que carece inclusive de pessoal médico e salas de parto convencionais. Por esses motivos, surgiu a ideia de um encontro entre as mulheres de Jaguarão, Rio Branco e Melo, para a troca de experiências.

Por conta da descriminalização do aborto no Uruguai, em Rivera existe apoio psicológico, assessoramento pré (inclinado a tentar fazer que a mulher não o realize) e pós-aborto, que são estendidos também às brasileiras de Livramento, porém não podem praticar o aborto em si. Isso faz com que esses serviços não sejam difundidos do lado brasileiro. O compartilhamento das experiências uruguaias para/com as brasileiras, em relação aos direitos da saúde sexual e reprodutiva, se mostrou de extrema importância e com grandes possibilidades de vir a ser realizado um encontro para isso.

Durante o debate, a questão de mulheres que têm problemas psicológicos com internação surgiu, dando espaço para muitas críticas, novamente, em relação ao pessoal que as cuidam. É salientado que não sejam apenas policiais e homens e que sejam avaliados antes de poderem assumir o trabalho.

8.5.2. Grupo 2: Autonomia Econômica

Necessidade de empoderamento em relação aos direitos laborais e difusão dos mesmos foi debatida também a possibilidade de gerar recursos para divulgar essas informações. O documento do fronteiriço, o CPF, lhe permite trabalhar, estudar e comprar imóveis - idealmente. As instituições locais, porém, por vezes dificultam a obtenção dele e a aplicação da lei é incompleta. A empregabilidade informal, baixa remuneração e subemprego foram citadas como sendo, majoritariamente, questões sofridas por mulheres afrodescendentes, assim como a dificuldade para que exista regularização do trabalho informal.

Questões de dupla e tripla jornada de trabalho, com a mulher tendo dois empregos, um de cada lado da fronteira e sofrendo discriminação de gênero, havendo divisão sexual dos trabalhos e ficando os que possuem menores salários e precarizações para as mulheres. Os direitos migratórios, o debate sobre como se dará a implementação desses direitos e a sua regulamentação; por exemplo, a previdência de quem trabalhou por anos em ambos os países.

A falta de oferta laboral para mulheres vítimas de violência foi exposta enquanto problemática, juntamente com a revalidação de diplomas e o acesso das mulheres trans na educação e trabalho. A última problematização a ser ressaltada é a falta de acesso às informações sobre o documento fronteiriço e o direito à dupla cidadania.

Algumas das alternativas encontradas pelo grupo foram: (1) necessidade de a legislação na fronteira ser revisada, não vindo apenas dos centros e sim considerando as especificidades da fronteira, já que os problemas laborais passam pela questão jurídica; (2) hortas comunitárias e fomento das mulheres na produção de alimentos para escolas, como forma de renda segura; (3) necessidade de políticas de fronteira para empoderamento econômico das mulheres; e, (4) Mercosul implementar políticas que levem em consideração a vivência das mulheres e a necessidade de empoderamento econômico.

8.5.3. Grupo 3: Autonomia Territorial e Política

O terceiro grupo abordou pautas como a resistência das mulheres a de auto organizarem, a sororidade, a solidariedade, o apoio, o empoderamento e o rompimento das barreiras que fazem que mulheres não apoiem umas às outras. Apontou problemáticas como a falta de autoestima, que dificulta a vida política, e que homens têm mais facilidade porque são estimulados a isso. Com isso, as mulheres acabam criando julgamentos e autojulgamentos muito mais exigentes, com atitudes mais duras, havendo também a questão de mulheres, afinal, serem ou não inimigas.

Além da diferença salarial entre mulheres e homens, elas também são preteridas em relação a eles quando lançam novas propostas, já que as relações de gênero calam as mulheres. A articulação transfronteiriça se dará em conscientização, contenção e educação, visando à minimização dos anos através da mobilização cidadã, acolhendo e empoderando as mulheres e difundindo direitos através da secretaria de saúde.

O direito à cidade e a não estigmatização de determinados bairros, com participação no ordenamento territorial e no plano diretor da cidade, com enfoque de gênero, resultariam em cidades seguras para o gênero feminino. Foi debatido, também, o fato de ser urgente a difusão e o acesso a maiores informações sobre as

documentações de fronteira; conhecer as políticas públicas de ambos os países.

9. SEGUNDO DIA DE OFICINA: Sábado, 8 de agosto de 2015

Na Plenária Final, os três grupos escolheram representantes para apresentar as conclusões dos grupos que foram debatidos nos dois dias de oficinas.
A disposição dos apresentadores se deu da seguinte forma: Autonomia do Corpo, apresentadoras Vitória, Silvia e Alessandra; Autonomia Econômica, apresentadora Tania; e, Autonomia Territorial e Política, apresentadoras Fabiana e Magela.

9.1. GRUPO 1: Autonomia do Corpo

As apresentadoras Vitória, Silvia e Alessandra, ressaltaram onze pontos de debate do grupo, quais sejam: (1) questões do abuso sexual levantada, focando na extinção da culpabilização da vítima. Exame de condição carnal como desnecessário em muitos casos, sendo considerado um segundo abuso. Crimes cometidos em um dos países, com o criminoso atravessando a fronteira, dificulta sua captura; (2) mapear todos os serviços que estão à disposição para a mulher que se encontram em toda a fronteira, utilizando o do MIDES como base; (3) perca da laicidade das instituições públicas, especialmente pela questão do aborto que tem como base o que a religião diz para que seja proibido, interferindo na liberdade de escolha sob o próprio corpo

da mulher; (4) capacitação de pessoas que trabalham nas instituições; (5) difundir as ferramentas disponíveis às mulheres; (6) formação do corpo docente em temas de vivências de gênero; (7) troca de experiências UY-BR sobre parto humanizado; (8) maior difusão de métodos contraceptivos; (9) maternidade responsável; (10) fronteira não seja usada como espaço de impunidade; (11) combate às agressões sexuais e raciais; e, (12) controle da erotização de crianças pela mídia.

9.2. GRUPO 2: Autonomia Econômica

O segundo grupo, representado pela apresentadora Tânia, destacou os treze pontos do debate: (1) consciência dos direitos laborais; (2) empregabilidade informal, baixa remuneração e subemprego (afros); (3) cotação das moedas; (4) escassez de sustentabilidade de empreendimentos; (4) carga tributária e ação de seguridade social; (5) discriminação (questões de gênero e afro); (6) salário mínimo; (7) direitos da aposentadoria; (8) falta de possibilidade de regularização de trabalho informal; (9) documentação; dificuldade de acesso aos documentos e como podem ser utilizados; (10) necessidade de um comitê de fronteira; (11) legalização/tradução do documento sem custos (no Brasil); (12) possibilidade de gerar recursos para divulgação de informações aos direitos; (13) gerar políticas públicas de fronteira.

9.3. GRUPO 3: Autonomia Territorial e Política

As apresentadoras Fabiana e Mafela destacaram, resumidamente, sete tópicos debatidos pelo grupo: (1) se falou de difusão, de como chegar na sociedade com educação e informação. Muitas vezes os dois países decidem acordos, tratativas, que a sociedade não toma conhecimento antes da formulação das leis. Foco na busca pré-tomada de decisão. Lado brasileiro tem leis que do lado uruguaio são ignoradas, mas que poderiam beneficiar ambos os lados da fronteira. Falta de avanço na questão das políticas públicas. Questão do “ser mulher” que ultrapassa fronteiras. Soluções para o que ocorre com brasileiras do lado uruguaio e vice-versa; (2) documentação de fronteiras; documento de fronteira é um direito adquirido, mas restringido a apenas 50km. Discussão de batalhar por benefícios. Unir documento de identidade com a documentação de fronteira (participação do legislativo). Poucas pessoas reivindicam o documento de fronteira, a dupla nacionalidade e o documento

estrangeiro (polícia federal/consulado emitem o documento); (3) tomar conhecimento das políticas públicas; (4) representatividade/participação de mulheres árabes, idosas, trans, etc.; (5) direito à cidadania: cidades seguras; (6) mulheres e espaços públicos: assédio moral, falta de respeito, violação da individualidade; e, (7) levantamento da questão da "sororidade".

10. ENCAMINHAMENTOS

Na plenária final foram acordados alguns compromissos e definições:

- Formação da Rede Mulheres de Fronteira Brasil-Uruguai.
- A Rede teria seu grupo de facebook fechado onde suas integrantes poderiam trocar informações.
- Define-se a necessidade de gerar um Comitê (interlocutor) gestor da Rede integrado por duas pessoas por pontos da fronteira representados no encontro. Definição para final de agosto.
- A relatoria do encontro fica a cargo das representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O tempo estimado de entrega da mesma é outubro 2015.
- Ante a proposta de realizar um mapa de recursos sociais na fronteira, se define utilizar a guia de recursos de fronteira (realizada pelo MIDES) como base e realizar uma análise dos serviços enumerados, ponderando sua funcionalidade, continuidade no tempo e qualidade de atenção e alcance.
- Solicita-se a INMUJERES consultar os documentos deste guia no Mides e sua possibilidade de socialização
- Sugere-se a realização de um Encontro de Mulheres de Artigas para o 1er sábado de Setembro.
- Os certificados de participação na UPMS de todas as participantes serão emitidos e enviados pela UFRGS upmsmulheresfronteira@gmail.com
- Propõem-se a criação de uma carta de apresentação -"Diálogo de Mulheres de Fronteira"- Que cumpra a finalidade de apresentar o Encontro e seus resultados e que visibilize a constituição de um espaço para trabalhar em políticas públicas para mulheres em fronteira onde seria apresentada para prefeitos e alcaldes.
- Propõem-se encaminhar as propostas surgidas do Encontro e da Rede de

Mulheres de Fronteira ao Comitê Binacional de Prefeitos, Intendentes e Alcaldes de Fronteira.

- Propõem-se a necessidade de continuar com a realização de atividades conjuntas de fronteira em níveis locais.

- Solicita-se aos representantes da REDE que realizem os contatos com os municípios que não foram convocados.

- A Vídeo-carta que surge deste encontro será publicada na página web da UPMS quando esteja disponível para sua socialização.

- Propõem-se a necessidade de que este tipo de encontros contem com espaço para exposições e palestras sobre as diferentes problemáticas de mulheres de fronteira.

- Enfatiza-se a necessidade de que estes espaços de encontro considerem ou deem relevância às mulheres afrodescendentes e as mulheres com deficiência.

- Propõem-se identificar a mulheres que não estão neste diálogo, mas que estejam em sintonia para aderi-las a REDE.

- Destaca-se um sentir comum nestas palavras ditas por uma participante no encerramento da atividade: *"Vou com o compromisso pessoal de participar e lutar".*

11. ENCERRAMENTO DA OFICINA

No encerramento da UPMS: Mulheres em Diálogo de Fronteira se destacou, a partir de uma avaliação final entre todas as participantes que os dois pontos mais fortes do encontro, segundo a maioria, foram: (1) a possibilidade de troca de experiências, haja vista que o encontro se deu no mesmo local do alojamento; e (2) o fato de que todas poderem ter ficado juntas.

Foto: Equipe organizadora e participantes da oficina “Mulheres em Diálogo de Fronteira”.

Para um próximo encontro, salientou-se, dentre as demandas, a necessidade de serem convidadas mais mulheres afrodescendentes e de se desenvolver seus temas, assim como de outras etnias presentes na fronteira. Bem como, atingir as mulheres que não se fizeram presentes, como as com deficiências físicas.

Foto: Durante a oficina, ocorreu uma atividade lúdica, onde cada mulher deveria escrever, em uma folha, o que esperava que fosse debatido no encontro e/ou os resultados que esperavam do mesmo.

ANEXO: Lista de participantes do evento

Nome	Instituição/Organização	País
Adriana Dorfman	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
Agustina Larrosa	*InMujeres*	Uruguai
Alessandra Riefal	Livraelas	Brasil
Amanda Silva Chagas		Brasil
Ana Luiz Ximeno	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
Ana Rosa Selverici	EMATER-RS/ASCAR	Brasil
Andrea Ramos	Frontera Afro	Uruguai
Angélica Ferreira	Partido Nacional	Uruguai
Beatriz Alonso	*InMujeres*	Uruguai
Bianca Feo	UdelaR	Uruguai
Caren Andrada	*Mujeres de Negro*	Uruguai
Carolina Barrios	Alternativa	Uruguai
Carolina Noble	Mides	Uruguai
Claudia González	*Coop Social – 8 de Marzo*	Uruguai
Cristiane Almeida	Centro de Referência	Brasil
Damian Borche	*Prensa y Mujeres de Frontera*	Uruguai
Debora de Souza	SUTD	Uruguai

Nome	Instituição/Organização	País
Deise Goncalies	Conselho da Mulher	Brasil
Diana da Silva	Frente Amplio	Uruguai
Dura Cabrera	*Grupo Mujer Protagonista*	Uruguai
Elar Freitas		Brasil
Elizabeth Bruzzone	*InMujeres*	*Uruguai*
Ercilia Melo	*Discapacidad y socat OnhOirum-bá*	Uruguai
Fabiana Saldanha	Conselho da Mulher	Brasil
Fabiana Mello	Cosomuri	Uruguai
Gabriela Morales	*Comisión de Mujeres Laguneras*	Uruguai
Gabriela Balbi	*Junta Departamental Artigas*	Uruguai
Gladys Castro	*OSC "hilando vidas"*	Uruguai
Graciela Conia	EMATER-RS/ASCAR	Brasil
Graziellla Rocha	ASBRAD-SPM	Brasil
Lelia Lemos Quadros	Marcha Mundial de Mulheres	Brasil
Leticia Lázaro	*InMujeres*	Uruguai
Leticia Mendez	Partido Nacional	Uruguai
Luci Vazqueiro	Quilombolas	Uruguai
Lucía Trindade Barrios	UdelaR	Uruguai
Luciana	Centro de Referência	Brasil
Luciana Pereira		Uruguai
Macarena Velázquez	*Mujeres de Frontera*	Uruguai
Magali Ivañez	UdelaR	Uruguai
Mafela Britos	*Mujeres de Frontera*	Uruguai
Mari Weiz		Brasil
Maria da Graza	*Mujeres de Frontera*	Brasil
Maria Cristina Paiva	*Mujeres Desobedientes*	Uruguai
Maria Esther Silva	SUTD	Uruguai
Maria Fernanda Passos das Neves	*Mujeres de Frontera*/Jaquarão	Uruguai
Maria Florencia Guarch	*Colectivo Livra Elas*	Brasil
Maribel Diniz	*Servicio de Violencia Doméstica*	Uruguai
Marta Piñeiro	*InMujeres*	Uruguai
Mary Souza	Mundo Afro	Uruguai
Mildre Severo Dávila	Socat Pedero Fabini	Uruguai
Naira Helena	Centro de Referência	Brasil
Nuze Maria Sa Rosa Vigil		Brasil
Romina Altez Mendez	Partido Nacional	Uruguai
Rosa Acosta	*Sindicato de Trabajadoras Domesticas*	Uruguai
Roseli Calvetti		Brasil
Roséli Ortiz	Coord em Mulher	Brasil
Sabrina Bueno		Brasil
Sandra da Rosa	Conselho da Mulher	Brasil
Sandra Lazo	Frente Amplio	Uruguai
Silvana Kincael Caetano	Prefeitura	Brasil
Silvia Betervides	*Mujeres de Negro*	Uruguai
Stefaney Vazqueiros	Quilombolas	Uruguai
Stella Sanchez	Mesa de Frontera	Uruguai
Susana Sosa Machado	Socat San Miguel	Uruguai

Nome	Instituição/Organização	País
Suzana Franz Willers	Coletivo Livra Elas	Brasil
Suzana Willers	LivraElas	Brasil
Tânia Marici Vieira	Centro de Referência da Mulher	Brasil
Vanessa Marx	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
Ximena Pique	*Mujer Política Democrática*	Uruguai
Zaida Castro	Junta Departamental de Riveira	Uruguai

Realização:

Apoio: